

UM DISCURSO DA TERRA, UM ACONTECIMENTO

Luciana Salazar SALGADO (Doutoranda – UNICAMP)

Não tens cidades mil, terra infinita?

Se terras e riqueza mais desejas?

Velho do Restelo - Os Lusíadas, estância C, canto IV

Creio que se poderia dizer que a análise do discurso de orientação francesa (AD) é uma teoria que entende os discursos como sistemas de restrições semânticas indissociáveis das práticas sócio-históricas. Com base nisso, presto se compreende que a noção de *acontecimento* é de bastante proveito para a teoria, na medida em que permite sustentar como *acontecimentos discursivos* enunciações que escapam à estrutura dada não como fragmentos insólitos, alheios aos trajetos sociais e às teias de relações humanas, mas como arranjos que se revelam rupturas, pontos de uma atividade discursiva que enseja um dado novo e, dele, os lineamentos de novos arquivos.

Decerto é possível apontar indícios de suas fundações no difuso território dos interdiscursos que já estão postos, mas um acontecimento discursivo, sendo uma formação que passa a ser reconhecível como tal, está-se formulando, emerge em práticas regradas, coerentes, e assim se erige como uma zona de regularidade no mar de discontinuidades de que se constitui a história (Foucault:1987). Neste artigo, eleito um tema que freqüenta diversas instâncias da atual organização social brasileira, interessa examinar, relativamente ao eixo temático, esse referido “deslocamento do rumor público”, nas palavras de Maingueneau, que em seu *Genèses du discours*, assevera:

...as controvérsias não são o que decidem a vitória ou a derrota [uma vez que] um discurso não é abandonado porque um texto lhe aplicou um golpe fatal, mas porque alguma coisa abalou tudo o que o sustentava silenciosamente e a crença se transferiu para outros lugares. (2003, 11)

Ou seja, procura-se observar, aqui, a emergência de um discurso novo, que se orienta pela fundação de uma semântica específica, diretamente relacionada a práticas sociais que experimentam um rompimento com o *status quo* não como um projeto calculado, mas como um conjunto dinâmico de práticas nascedouras – donde sua legitimidade e sua decorrente força discursiva. Sírio Possenti, autor cujos trabalhos têm insistido nas possibilidades que se abrem com o conceito de *acontecimento* tomado à história, pondera:

Para a AD, pelo menos em suas práticas de análise, tal acontecimento seria considerado relevante na medida em que ensejasse sua retomada ou sua *repetição*, ou se já fosse uma. No entanto, além desses casos, poderíamos considerar como acontecimentos discursivos – e não apenas reformulações ou novas enunciações do mesmo, isto é, como discursos – o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo, etc. Seria mais claramente possível dar conta das discursividades e, especialmente, ter claro em que medida dispositivos e práticas fazem parte delas e são regidas pela mesma semântica. (2003, 19)

Sobre essa imbricação entre *acontecimento*, *práticas* e *história*, recorro ainda uma vez a Possenti,

quando nos lembra de que “a historiografia não cessa de mostrar cada vez mais claramente que mudanças resultam de acumulações (o que não é a mesma coisa que dizer que a história é cumulativa), que rupturas decorrem de práticas cotidianas”. (2002, 80)

No exercício analítico que se segue, está em foco uma formulação discursiva cuja atividade se dá na conjuntura de um governo recém-eleito, num veículo recém-fundado – o jornal *Brasil de Fato*. Como se vê, o próprio nome do periódico é já uma proposição, dada a tradicional aversão jornalística ao termo “fato”, que pode conduzir às armadilhas de um debate antigo sobre as diferenças entre *o que há* e *o que é*. Para observar um outro deslizamento de sentido que essa nova voz midiática promove, foram tomadas as ocorrências do sema *terra* e, inescapavelmente, por estarem sempre implicados na veiculação usual, do sema *MST*; e foi estabelecido o seguinte *corpus* de referência: jornal *Brasil de Fato* – número zero (25 jan. 2003) e edições semanais, do número 3 (30 março a 5 abril) ao número 14 (5 a 11 junho) – cobrindo o primeiro semestre de 2003.

Numa aproximação inicial do que julgo compor a discursividade nova, observa-se um deslocamento de sentido no caráter de *território* conferido à leitura do sema *terra*. Não há dúvida de que ele frequenta a grande mídia, independentemente da formação discursiva de que ela seja tributária, como delimitação do solo destinável à produção, compondo números relativos à força de trabalho, às safras e a sua circulação e, mais recentemente, como uma espécie de “pomo da discórdia”, mote de embates cruéis. Pois no material submetido a análise, verifica-se para o sema *terra* uma concepção que há tempos circula nos meios acadêmicos, em diversas áreas do conhecimento; na formulação lapidar do geógrafo Milton Santos, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* (em 1999): “o território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações.”

É fácil perceber que essa novidade discursiva não nasce engenhada pelo jornal, pelas mãos (ou as penas) dos que o escrevem. Antes, inscrevem-se eles num espaço que vem sendo ocupado por um discurso não alinhado ao governo mas afinado com uma concepção popular da informação. Assim se apresenta o periódico:

Brasil de Fato é o resultado das aspirações de milhares de lutadores de movimentos populares, intelectuais de esquerda, sindicatos, jornalistas e artistas que se uniram para formar uma ampla rede nacional e internacional de colaboradores.

E então se esclarece a composição dos conselhos editorial e político (farta lista de jornalistas, professores universitários, ativistas e militantes), ao que se acrescenta ser possível participar (há comitês de apoio em todos os estados da federação) e também veicular sem custo o material publicado. Essa idéia de rede é reiterada em várias seções do jornal. Permanentemente, em *quem somos*: “...almejamos aumentar o número de páginas, com notícias que expliquem e contextualizem fatos habitual e estrategicamente ignorados pela imprensa comprometida com o poder capitalista.” No que tange aos temas focalizados, é justamente *explicação* e *contextualização* o que se encontra. Vejamos um levantamento de enunciados.

I. A *terra* é tratada como um tema em si, e freqüente diferentes seções do jornal sem estar necessariamente ligada ao MST, que figura na qualidade de participante da luta por uma melhor relação dos homens, de todos os homens, com a terra. Entre o n.6 o n.14, por exemplo, uma seção *África* trata das reformas agrárias oficiais ou oficiosas no continente e da relação entre desmonte do Estado, agricultura e fome. A partir do n.11, as questões africanas são relacionadas à situação brasileira, passando pelos quilombos remanescentes e por uma

concepção de ocupação do solo que une camponeses e cidadãos.

i) Há matérias sobre terras indígenas (n.3,6,8,9,12,13) – em que *demarcação e devolução* se contrapõem a *ação dos latifundiários, mineradores e posseiros*, e são enfatizadas as relações (políticas e míticas) dos índios com a terra, expressas em seus protestos e inserções culturais:

Com a palavra, os escritores indígenas (produção editorial coletiva, n.8)

Índios reivindicam sangue coletado por pesquisadores dos EUA (n.12)

“Resistentes” exigem reconhecimento – o ressurgimento das etnias (n.14)

ii) Uma seção chamada *Segurança Alimentar* traz, em todos os números, temas atinentes aos transgênicos – manifestações no Brasil e no mundo, custos e benefícios avaliados por diversas autoridades e agricultores – e temas atinentes ao programa Fome Zero ou à fome no mundo.

Carta a Lula: transgênico é “suicídio” (assinam 80 pesquisadores e 71 extensionistas e autônomos, n. 7)

Ciência e tecnologia devem ter controle público, afirma documento final (no Seminário Nacional de Ciência, Tecnologia e Reforma Agrária, n.12)

EUA impõem transgênicos a africanos – comércio injusto gera fome (n.14)

iii) Discute-se *soberania e ocupação do território* em todos os números, especialmente nos publicados durante

a fase de belicismo ostensivo da “guerra no Iraque” (n.3,4,5,6,7,8,9). A Alca aparece também ligada a questões de soberania, agrobusiness e agricultura familiar.

Império cria guerras para enfrentar crise (n.7)

Muro de Sharon impede acesso palestino à água (n.8)

Notáveis pedem veto à Alca e à autonomia do BC (carta de signatários ilustres a Lula, no 1º de maio, n.9)

iv) Questões ambientais, condições de moradia e privatizações (n.3,4,5,8,9,11,13,14) são tratadas como uma discussão da relação entre homem e terra, cidadãos e práticas de ocupação do território:

Monocultura muda a relação com a terra (sobre a problemática dos eucaliptos, n.4)

Tragédia ambiental deixa 700 mil sem água (n.5)

Privatização faveliza 190 mil (sobre o processo do porto de Santos, n.8)

15 mil marcham por moradia em SP (n.10)

II. O MST é citado em temas diversos (n.zero,3,4,5,6,7,8,11,12,13,14), assegurado como *organização social, movimento popular* participante de um amplo universo de atividades, entre outros grupos. Aparece predominantemente em matérias que apresentam organizações congêneres, eventos culturais, protestos políticos e lutas mundiais:

Camponeses pressionam governo para rever dívidas impagáveis (n.3)

Viola reúne 10 mil em Ribeirão Preto (seção festa popular, n.3)

Assentados esperam irrigação. Há 15 anos (sobre a privatização de rios, n.4)

Lula colhe milho para o Fome Zero (n.5)

"Eu tenho muito respeito pelo MST por isso, ele vive voltado para a realidade, ele estuda a realidade."
(entrevista do geógrafo Manuel Correia, n.6)

Para frei Betto, mídia está furiosa (porque Lula conversa com o MST sobre o Fome Zero, n.6)

PM-PR deve fazer estágio em assentamentos do MST (n.7)

Movimento dos sem-terra sul-africanos se espelha no MST brasileiro (n.11)

Ministro reafirma compromisso do governo com o desenvolvimento nacional

(tecnologia e reforma agrária, n.12)

Sem terra protestam contra o latifúndio e onda de sensacionalismo visa o MST (n.13)

Camponeses organizam olimpíada rural (seção jogos na roça, n.13)

Agricultores promovem ocupações em ato de encerramento da Jornada de Lutas Por Terra, Trabalho e Direitos Sociais (n.14)

Agricultores queimam milho transgênico no PR
(aí referidos sem-terra, pequenos produtores e estudantes, n.14)

III. O MST é citado como *MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento, movimento popular ou social*, sem epítetos ou qualificativos. Os sem-terra são referidos em suas diversas circunstâncias – a terra que ocupam, que lavram, que velam: *assentados, agricultores, trabalhadores rurais, pequenos produtores, camponeses*. Designações que remetem ao lema da Luta: “ocupar, produzir, resistir”. Numa organização parafrástica dessas intercorrências:

ocupar (estar/organizar-se na terra)	produzir (cultivar/merecer a terra)	resistir (permanecer/ser na terra)
<i>assentados</i>		
<i>agricultores</i>	<i>agricultores</i>	<i>agricultores</i>
	<i>trabalhadores rurais</i>	
	<i>pequenos produtores</i>	
		<i>camponeses</i>

Mas se não é o engenho jornalístico que arquiteta essa novidade discursiva e se ela não é o “aerólito miraculoso” de Pêcheux (posto que ruptura não é acefalia), releva-se de onde? como? Uma provável cenografia fundadora desse acontecimento, desse discurso sobre a terra, parece residir na legitimidade de um discurso *da* terra, onde se funda nas práticas sociais e históricas. Oficialmente desde o I Congresso Nacional dos Sem Terra, em 1984, assim o Movimento documenta e publica sua relação com a terra:

1 amar e preservar a terra e os seres da natureza.

2 aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.

3 produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.

4 preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.

5 cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.

6 embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...

7 tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.

8 praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.

9 lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.

10 jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

A seqüência dos verbos de abertura de cada um dos princípios registra um movimento orientado, atividades se expandem e entrecruzam, para terminar no único verbo acompanhado por um advérbio (de negação): *jamais vender* a terra conquistada. Ela é um *bem supremo*, afinal; nela reside o devir – *as gerações futuras*. A terra aí está como *natureza, agricultura, pão-estudo-e-liberdade*, lugar de solidariedade e beleza cultivadas na luta contra a injustiça e a má utilização de recursos. Portanto, como um lugar de relacionamentos, noção que dá suporte ao termo *ocupação*, cujo uso propõe o entendimento de que *posse* é coisa distinta de *propriedade* – a primeira é um estar-no-mundo, responsável pelo lugar em que se está; a segunda, um ter-no-mundo, do que se dispõe conforme os anseios de quem tem.

No *corpus* delimitado, observa-se a composição de um emolduramento dessa ação/proposta que, se chamada de *ideologia* (é bom que se diga), designa não só uma visão de mundo, mas um modo de organização no mundo. Entre as lutas de que o MST participa hoje, a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil está dinamicamente relacionada a outras, num plano de reforma agrária raramente veiculado. Em geral, o tema soa a pura redistribuição de terras, mero retalhamento do chão. Mas as práticas dos sem-terra revelam muito mais; põem em relevo um ideário. A contextualização e a explicação prometidas pelo jornal apontam para essa dignidade da pertença, para o sentimento de partícipe numa nação pensada em sua totalidade; não há meio de sustentar a menção de *excluídos* aos sem-terra, é de inclusão que se trata o tempo todo, a Luta é um lugar no mundo e ela se congrega com outras lutas, outras comunidades, outras necessidades.

Tomemos mais uma vez Milton Santos, memória discursiva do Movimento, autor que nos Encontros Nacionais figura entre pensadores homenageados; assim diz ele: “a territorialidade do acontecer histórico está sempre mudando... Em cada momento, há sempre um mosaico de subespaços, cobrindo inteiramente a superfície da Terra e cujo desenho é fornecido pelo curso da história.” (1996: 133) E o curso da história, de que se faz? Se abandonamos quaisquer vertentes lineares e causais, podemos nos fazer acompanhar de Foucault, para quem “a história não é uma duração; é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros [sendo que] há, na verdade, durações múltiplas, e cada uma delas é portadora de um certo tipo de acontecimento.” (2001: 293) E se o espaço vivido se vai fazendo desses cursos de história... Já em 1987, Milton Santos formulara o que se tem difundido dentro e fora do Movimento nesta última década:

O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social

igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. ... O cidadão é o indivíduo num lugar. (p.122)

Em *Brasil de Fato*, a implicação que há entre os *semas terra e MST* diz respeito a um conjunto de idéias atinentes às reflexões sobre cidadania. Provavelmente por isso, nos interdiscursos que se atravessam, sejam estéreis os embates entre as noções de *ocupação* e *invasão*, pois recaem na interincompreensão, isto é, no jogo em que cada formação discursiva interpreta o outro a partir de sua semântica e, assim, dele constrói um simulacro. Em seu decurso, tais contendidas só encontram a possibilidade de andamento do debate, livrando-se do impasse, quando atinam para a remissão que o Movimento faz a algo maior que si mesmo, abarcando temas caros a toda a sociedade brasileira ou, pelo menos, fartamente veiculados na grande mídia como fundamentais, nacionais, “de todos”.

O deslocamento de sentido proposto pelo material jornalístico examinado, e que também se encontra na discursivização do MST, efetua-se, como vimos, no caráter de *território* conferido a *terra*, fruto da constante produção do espaço geográfico, ou seja, da relação dos homens com os lugares que ocupam, da relação entre os homens e entre os lugares que ocupam. Um importante pré-construído (com o que a AD considera que algo sempre fala antes e alhures) verificável nessa arquitetura discursiva se assenta na noção de que “levando-se em conta o processo histórico, o território não pode ser considerado tábula rasa, tela neutra, espelho, porque é indissociavelmente integrado a todas as pessoas, empresas, instituições que o habitam, e assim dinamizado é, por sua vez, tornado atuante.”(Santos: 1997,122)

Desse lugar é que *Brasil de Fato* traz à baila a discussão, em âmbito nacional. Sua novidade é propor algo para além da distribuição de terras, para além da equanimidade no campo, para além da produção adequada ao consumo ou ao fim da fome que há no país, para além de índices econômicos, para além de qualquer discurso ecológico, de qualquer discurso nacionalista. Ao apresentar uma nova topografia discursiva, *Brasil de Fato* atribui ao MST um lugar – inequivocamente importante, mas *parte* importante de uma luta que é de todo brasileiro que se vê como nação – e se insere num certo espaço discursivo, recolocando uma velha questão. E como identificar esse espaço? Se olhamos à volta, vemos que dele também emerge, por exemplo, a proposição da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que numa sumária parafraseagem desfaz a visão binária simplista de que à *grande propriedade rural* se opõe *um grupo de desvalidos*: no material que mais recentemente circula, há duas fotos; numa delas, um senhor a cavalo, portando coldre, olha de binóculo vasta pastagem no Pontal do Paranapanema-SP (foto da Agência Estado); ao lado, figura um coletivo composto por quatro pessoas à frente de caixas da colheita e ao fundo três homens vêm trazendo mais cestas da plantação de tomates, no Assentamento Sumaré-SP (foto do Globo Rural); sobre essas imagens, um enunciado fundante nos conclama a todos, e é possível, então, vislumbrar o acontecimento – “De que lado você está? do latifúndio ou da vida?”

Bibliografia Citada

FOUCAULT, Michel - "Sobre a arqueologia das ciências; resposta ao Círculo Epistemológico. In FOUCAULT, Michel e outros. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1968.

_____ *Arqueologia do Saber*. Tr. L.F. Baeta Neves. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____ "Retornar à História", in Manuel Barros da Motta (org.) *Ditos e Escritos* vol. II. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique - *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Tr. Freda Indursky. 3 ed. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1997.

_____ *Genèses du discours* (1984), trad. Sírio Possenti. Campinas, 2003, mimeo.

POSSENTI, Sírio - *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

_____ "Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas". Campinas, 2003: mimeo.

SANTOS, Milton - "O chão e o cifrão", *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 28 fev. 1999.

_____ *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

Bibliografia De Apoio

COURTINE, Jean-Jacques - “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens”, in *Langages* n. 62, Paris, julho 1981.

VIEIRA de MELO, Cristina Teixeira - “Deslocamento de sentido do enunciado ‘O petróleo é nosso’”, in *Letras* n. 57, Curitiba, jan/jun. 2002.

ZOPPI-FONTANA, Mônica - “É o nome que faz a fronteira”, in Indursky & Leandro Ferreira (org.), *Os múltiplos territórios da AD*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.